

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.604 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2002

## Senado libera pauta e decide votar reforma do Judiciário

Depois de analisar quatro medidas provisórias que trancavam a pauta, Plenário resolve examinar ainda este ano a proposta de emenda constitucional que visa tornar mais ágil a Justiça brasileira



Rosevelt Pinheiro

Os senadores decidiram votar ainda este ano a proposta de reforma do Judiciário. O Plenário rejeitou o requerimento que adiava o exame da matéria para 13 de dezembro – o que, na prática, transferia a votação para o ano que vem. Quatro medidas provisórias que trancavam a pauta foram apreciadas ontem. Ao rejeitar uma delas, os parlamentares proibiram o leilão de madeira ilegalmente explorada.

PÁGINAS 3 E 5



Rosevelt Pinheiro

Na sessão presidida por Ramez Tebet (*foto menor*), Plenário desobstrui a pauta de votações e avança no exame da reforma do Judiciário



José Cruz

Na CCJ, os senadores também acolheram proposta que estabelece parâmetros de combate a desigualdades regionais

**Comissão aprova programa permanente de combate à seca**

PÁGINA 6

**Mudança na Lei Kandir amplia receita do ICMS**

PÁGINA 2

**Senadores têm sugestões para revitalizar rio**

Comissão especial do Senado aprova propostas com objetivo de regularizar vazão do Rio São Francisco.

PÁGINA 4

**CFC quer norma para controle de gastos públicos**

Parecer aprovado sugere regulamentação do controle das atividades externas do Tribunal de Contas.

PÁGINA 7

# Mudança na Lei Kandir aumenta receita do ICMS

Senadores aprovam projeto de lei complementar que modifica a sistemática de cálculo e de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Proposta tem o apoio de todos os atuais governadores

O Senado aprovou ontem projeto de lei complementar que altera a chamada Lei Kandir, modificando a sistemática de cálculo e de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo de natureza estadual. O projeto, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), permite que os estados ampliem a base de cálculo do ICMS sobre produtos importados. Os governos estaduais também poderão ampliar o alcance do tributo, aplicando-o no caso de substituição tributária e definindo melhor o momento de registro do fato gerador, aumentando a arrecadação.

Pelas novas regras, passa a ser considerado como contribuinte,

para efeito do ICMS, a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja sua finalidade, ou ainda que, do mesmo modo, adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados.

A proposta também define as condições de atribuição de substituto tributário de contribuintes e toma como base, para o cálculo do ICMS, o preço ao consumidor final, considerando como fato gerador o momento do desembaraço aduaneiro. Foi aprovada ainda emenda que dá direito de crédito somente às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento que

nele ingressem a partir de 1º de janeiro de 2007.

A matéria, que visa adequar a lei às mudanças determinadas pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, foi a Plenário com parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatada pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). O projeto segue agora para o exame da Câmara dos Deputados.

Em seu parecer, Souto explica que as unidades da Federação só podem atualizar suas legislações com base em lei complementar federal, o que torna urgente a aprovação definitiva da proposta de Alcântara. Com isso, salienta, os estados e o Distrito Federal estarão

habilitados a proceder “às necessárias modificações em sua legislação relativa ao ICMS, a fim de que possam, em curto espaço de tempo, reforçar suas receitas”.

Na reunião da CAE que aprovou o parecer favorável ao projeto, seu autor afirmou que a proposta partiu de pedido formulado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), colegiado que reúne todos os secretários de Fazenda estaduais. Segundo ele, é uma proposta de consenso entre todos os atuais governadores.



Alcântara apresentou projeto com apoio do Conselho Nacional de Política Fazendária



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2002

### PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal (destinação do salário-educação); e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários.

### COMISSÕES

10h – CPI das ONGs

Pauta: Depoimentos de Jacir José de Souza, representante da ONG Cir; Anísio Pedrosa Lima, representante da ONG Alidicir; Gilberto Pedrosa Lima, representante da ONG Arikon; e Silvestre Leocádio, representante da ONG Sodiurr. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

10h – Comissão Mista de Orçamento

Pauta: PL nº 54/02-CN, que altera programas do Plano Plurianual para o período 2000-2003; e Aviso nº 109/02-CN, referente ao levantamento de auditoria nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

## Benefício a estado exportador pode ser votado quarta-feira

Transcorreu ontem a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que beneficia estados que tenham superávit em sua balança comercial com o exterior. A PEC, de autoria do senador Fernando



Fernando Ribeiro diz que atual legislação premia déficit comercial

Ribeiro (PMDB-PA), destina um quinto do valor arrecadado com o Imposto de Importação para os estados e o Distrito Federal, proporcionalmente ao saldo positivo anual de sua balança comercial, até o limite máximo de 10% do saldo que produzir.

A proposta chegou ao Plenário com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). O presidente do

Senado, Ramez Tebet, determinou que a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno seja realizada na próxima quarta-feira, quando poderá ser votada.

A PEC determina que os recursos provenientes do Imposto de Importação sejam aplicados em obras de infra-estrutura econômica, preferencialmente destinadas ao fomento das exportações. Em sua justificativa, o autor sustenta que a atual legislação não é coerente com a prioridade dada pelo governo às exportações, já que “premia generosamente os estados que apresentam déficit nas respectivas balanças comerciais e penaliza duramente os que contribuem com preciosos saldos positivos de divisas para o orçamento cambial da nação”.

## Aprovado crédito para saneamento em Goiás

O Plenário aprovou ontem empréstimo de US\$ 47,6 milhões para a estatal Saneamento de Goiás S/A (Saneago). Os recursos, destinados ao Programa de Água e Saneamento de Goiânia, serão emprestados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos, onde foi relatada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Ao encaminhar seu voto favorável à matéria, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que o dinheiro possibilitará a construção de uma represa de regularização e acumulação, destinada a receber águas pluviais que poderão ser utilizadas na época da estiagem. A obra, segundo ele, é importante para assegurar o abastecimento de Goiânia.

O senador Maguito Vilela (PMDB-

GO), que também votou a favor, pediu que o governador de Goiás, Marconi Perillo, não mais se manifeste publicamente contra os senadores do estado. Conforme Maguito, os três não deixaram de votar nenhuma matéria de interesse de Goiás.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou por se tratar de um empréstimo externo para aplicação em saneamento. A execução orçamentária federal deste ano para saneamento foi nula, ou seja, nenhum recurso destinado ao setor foi utilizado, disse.

O projeto de resolução autorizando o empréstimo dá um prazo de 25 anos para pagamento dos recursos, com cinco anos de carência. O desembolso total dos recursos deverá ser feito também dentro desse prazo.



Segundo Iris Rezende, crédito permitirá obra para Goiânia

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

### Despachantes documentalistas ganham conselhos

A criação do conselho federal e dos conselhos regionais dos despachantes documentalistas, que serão os órgãos normativos e de fiscalização profissional da categoria, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. De acordo com o projeto de lei, a organização, a estrutura e o funcionamento dos conselhos serão disciplinados em seus estatutos e regimentos. O projeto foi apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e relatado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). O senador considera que a criação desses órgãos contribuirá para coibir eventuais abusos e práticas pouco éticas na relação entre servidores públicos e os despachantes documentalistas.

A partir da sanção do presidente da República, para exercer a profissão de despachante documentalista é preciso ser habilitado por concurso de provas e títulos e posterior registro junto ao respectivo conselho regional. O profissional poderá prestar serviços de despachante junto a todos os órgãos e entes públicos, podendo requerer, executar e retirar qualquer tipo de documentação, como certidões, atestados, cadastros em geral, passaportes, carteiras de identidade, certificados em geral, credenciais, alvarás e registros em geral.

### Autorizado empréstimo para saneamento

Os senadores autorizaram a União a avaliar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 75 milhões, a ser contratada pela Caixa Econômica Federal junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O dinheiro deverá ser utilizado em obras de saneamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto de resolução aprovado vai a promulgação.

Os juros cobrados na operação serão equivalentes à Libor (taxa interbancária do mercado financeiro de Londres, hoje de 1,74% ao ano, uma das menores do mercado internacional), acrescida de 0,75% ao ano e comissão de compromisso de 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado, o que leva a um custo efetivo de 2,81% ao ano. A operação prevê prazo de pagamento de 15 anos, com cinco anos e meio de carência.

# Plenário libera a pauta e proíbe leilão de madeira apreendida

O Plenário decidiu ontem sobre quatro medidas provisórias que travavam a pauta de votações. Os senadores rejeitaram a possibilidade de leiloar madeira ilegalmente explorada e aprovaram medida que propicia amortização da dívida pública federal. Outros dois projetos foram

O Senado rejeitou o projeto de lei de conversão que permitiria levar a leilão madeira ilegalmente explorada, propiciando ainda que o produto dessa venda revertesse em favor de órgãos ambientais. O Plenário entendeu que a medida induziria madeireiros inescrupulosos a cortar a madeira para depois fazerem prepostos adquirir o produto nos leilões.

Na exposição de motivos enviada ao Congresso, o governo alegou que o leilão daria à administração pública condições legais de transformar madeira apreendida em numerário, até para fortale-



Moreira Mendes advertiu que madeireiros poderiam se beneficiar de leilões

cer o poder fiscalizador dos órgãos que combatem os crimes ambientais. Na mesma exposição de motivos, o governo alertava para a urgência da medida, uma vez que foram apreendidos mais de 40 mil metros cúbicos de madeira, impossíveis de serem adequadamente armazenados, o que tem causado sua deterioração.

Relator da matéria, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou-se contrário ao projeto, argumentando que os exploradores de madeira poderiam criar "empresas laranjas" exatamente para se beneficiar dos leilões. Com

o mesmo ponto de vista se manifestaram os senadores José Agripino (PFL-RN), Heloísa Helena (PT-AL), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Tião Viana (PT-AC).

Os senadores José Fogaça (PPS-RS), Ademir Andrade (PSB-PA) e Carlos Patrocínio (PTB-TO) defenderam o projeto. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou que o propósito do governo foi combater retirada de madeira, mas ressaltou que votaria com o PT, contra o projeto, "porque se trata de política ambientalista, que será implantada no próximo governo".

Em razão de alteração proposta pelo relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), voltou à Câmara dos Deputados o projeto de lei de conversão da medida provisória que autoriza a União a assumir despesas de responsabilidade civil contra terceiros, na ocorrência de atentados terroristas ou atos de guerra, contra aeronaves brasileiras, no Brasil ou no exterior.

## Proteção aos testes com produtos farmacêuticos

Foi aprovada ontem pelo Plenário emenda substitutiva a projeto de lei de conversão que regulava a proteção, contra o uso comercial desleal, de resultados de testes apresentados para registrar a comercialização de produtos



Osmar Dias sugeriu mudança que foi aprovada por senadores

farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos e afins. Em razão das alterações, a matéria volta à Câmara.

De autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), o substitutivo exclui da relação de produtos abrangidos pela norma os que forem de uso humano, em razão do entendimento de que esses medica-

mentos exigem legislação específica. Outra mudança aprovada, proposta pela oposição, restringe a abrangência dessa proteção aos resultados de testes produzidos nos países do Mercosul.

Os senadores José Serra (PSDB-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB) alertaram para o fato de que o texto original poderia colocar em risco o programa de medicamentos genéricos do Brasil. O texto aprovado estabelece que as informações protegidas serão aquelas cuja elaboração envolva esforço considerável e que tenham valor comercial enquanto não divulgadas.

## União é responsável em caso de atentado contra aeronaves

Em razão de alteração proposta pelo relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), voltou à Câmara dos Deputados o projeto de lei de conversão da medida provisória que autoriza a União a assumir despesas de responsabilidade civil



Emenda de Ricardo Santos amplia cobertura do seguro

contra terceiros, na ocorrência de atentados terroristas ou atos de guerra, contra aeronaves brasileiras, no Brasil ou no exterior.

O texto restringia a cobertura de seguro à ocorrência de danos a bens e pessoas apenas "no solo". A emenda de Santos determina que a responsabilidade nesses casos compreende danos a bens e

ou não. O relator tentou sem sucesso incluir na norma as empresas de táxi aéreo.

José Eduardo Dutra (PT-SE) e Geraldo Melo (PSDB-RN) defenderam a inclusão no texto das empresas de táxi aéreo. José Fogaça (PPS-RS) explicou que essas empresas foram excluídas por não terem aderido ao acordo da Organização Internacional da Aviação Civil.

O texto aprovado determina que o montante global das despesas de responsabilidade civil ficará limitado ao equivalente em reais a US\$ 1 bilhão para os eventos contra aeronaves brasileiras.

## Senadores propiciam amortização da dívida pública federal

O Plenário também aprovou ontem projeto de lei de conversão à medida provisória que destina as disponibilidades das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício de 2001 para a amortização da dívida pública federal. Isso pode ser feito se os recursos não estiverem comprometidos com restos a pagar, não decorrerem de vinculações constitu-

nais e nem pertencerem ao Fundo de Marinha Mercante. O texto agora segue para sanção presidencial.

O projeto autoriza a União a conceder financiamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o objetivo de atender, entre outros programas, a operações financeiras com empresas públicas do setor elétrico. A despesa com

essas operações poderá ser atendida com parte dos recursos disponíveis no encerramento do exercício de 2001.

Foi ainda autorizada a alocação de R\$ 2 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em depósitos especiais remunerados no BNDES, para concessão de financiamentos destinados ao fomento do comércio exterior.

Na discussão da matéria, a se-

nadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que as medidas contidas no projeto são controversas e que, ao aprová-lo, o Plenário estaria rasgando a Lei de Responsabilidade Fiscal com o único objetivo de pagar os juros e serviços da dívida para agradar o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por isso ela votou contra, assim como fez o senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

### Ensino infantil pode ter direito a recursos do salário-educação

Transcorreu ontem a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que permite a utilização, no ensino infantil, dos recursos recolhidos por empresas a título de salário-educação. A proposição tem como primeiro signatário o senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Atualmente, o salário-educação é fonte adicional de financiamento apenas do ensino fundamental. A matéria volta a constar hoje da ordem do dia.

Se a PEC for aprovada, a aplicação dos recursos do salário-educação na educação infantil poderá contribuir para ampliar a oferta de vagas e reduzir as deficiências na qualidade da educação a que têm direito as crianças de zero a seis anos. Recursos do salário-educação são repartidos na proporção de um terço para a União e dois terços para os estados, que os distribuem aos municípios, levando em conta o número de escolas e alunos matriculados.

Já a PEC que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança comercial com o exterior, terá sua última sessão de discussão e será votada em primeiro turno. Em pauta também 14 projetos de decreto legislativo, com autorizações para radiodifusão comunitária.

### Recondução de dirigente esportivo vai a Plenário

Foi encerrada a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo. A proposição também veda a recondução dos cônjuges e parentes consanguíneos até o segundo grau, ou por adoção, do dirigente eleito para o mandato com exercício imediatamente anterior às eleições. A votação foi adiada para a sessão da próxima quarta-feira.

Durante a discussão da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o relator, senador Álvaro Dias (PDT-PR), disse que a medida porá fim às "verdadeiras dinastias" que se perpetuam na direção das entidades desportivas, com resultados nefastos para o desporto brasileiro. Ele acrescentou que a proposta "pode significar democrática conquista em prol da mudança dos rumos do futebol".

## Relatório propõe regularizar a vazão do Rio São Francisco

Documento aprovado ontem pelos senadores que acompanham a revitalização do rio aponta medidas como barramentos e cheias artificiais

A comissão especial que acompanha o projeto de revitalização do Rio São Francisco aprovou ontem o relatório final apresentado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). O texto aponta a necessidade emergencial de que se realize trabalho de articulação, coordenado pela Agência Nacional de Águas

(ANA), para definir a estratégia e política de novos barramentos de usos múltiplos, com ou sem aproveitamento energético. Implantados na bacia do rio, teriam por objetivo a regularização da vazão e potencialização do rio.

Segundo o relatório, a revitalização da bacia do São Francisco deve envolver o aumento no volume de água, mediante a regularização da vazão do rio. Será essa a função, disse o relator, dos barramentos, que poderão regularizar o nível das águas do São Francisco, viabilizando com mais eficiência projetos de irrigação, a produção de energia elétrica e o funcionamento da hidrovia.

A comissão, segundo o relator,



Senadores da comissão querem garantir a eficiência de projetos de irrigação e a produção de energia no São Francisco

mapeou os principais problemas que ameaçam o rio. São "três áreas problemáticas localizadas no Baixo e no Alto São Francisco e no Lago de Sobradinho", disse.

O documento preconiza a viabilidade técnica de uma cheia artificial anual, a ser provocada no Baixo São Francisco, pelo aumento da vazão do rio para 4 mil metros cúbicos por segundo, a partir de Xingó, durante sessenta dias ao ano. A cheia artificial garantiria o restabelecimento das condições ambientais do rio e possibilitaria a execução de uma política de desenvolvimento. Essa região do rio merece "prioridade absoluta", segundo o relatório, em consequência dos problemas sur-

gidos a partir da implantação da hidrelétrica de Xingó. Construída na divisa de Alagoas e Sergipe, Xingó criou um lago de 65 quilômetros de extensão no *canyon* do São Francisco.

#### SOBRADINHO

Em decorrência da grande evaporação do espelho d'água em sua superfície de 300 quilômetros, o Lago de Sobradinho possui alta taxa de evaporação. Desse modo, as populações vêm-se obrigadas a se afastar por vários quilômetros do lago, o que resulta em graves prejuízos para suas lavouras e o abastecimento humano.

O relatório propõe que seja implementado plano de desenvolvimento sustentável específico para esse segmento do rio.

Quanto ao Alto São Francisco, Ornelas propõe que a ANA faça convênio com Minas Gerais para realizar estudos sobre o dimensionamento de medidas necessárias no trecho abaixo de Três Marias, permitindo elevação das vazões no curso principal do rio.

## Lafer quer solução diplomática para o Iraque

Em reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, reafirmou a posição do Brasil no impasse envolvendo os Estados Unidos e o Iraque. Segundo disse, o governo brasileiro só admite o uso de força militar após o esgotamento das negociações diplomáticas e caberá ao Conselho de Segurança da ONU adotar a solução adequada.

Lafer lembrou que em agosto passado a ONU considerou que o Iraque estava descumprindo resoluções no sentido de livrar-se de armamento pesado e cooperar com inspeção relativa a armamento nuclear. Segundo o chanceler, após dois meses de negociação o Conselho de Segurança aprovou, em novembro passado, resolução que determinava ao Iraque o cumprimento



Lafer foi ouvido pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara sobre o conflito entre EUA e Iraque

das obrigações impostas pela ONU. Caso o conselho não consiga fazer o Iraque cumprir as determinações, alertou o ministro, os Estados Unidos tomarão a iniciativa de utilizar força militar.

Para Lafer, a resolução do Conselho de Segurança foi na verdade um endosso às exigências norte-americanas. Com a recente concordância do Iraque de permitir a visita dos inspetores da ONU, passa a valer o prazo de 8 de

dezembro para que o governo iraquiano encaminhe ao Conselho de Segurança relatório de suas atividades militares e uma lista de todo o armamento que possui.

O ministro explicou ainda que o Brasil não reabriu sua embaixada em Bagdá devido às tensões na região, preferindo "uma postura mais prudente". A decisão, acrescentou, ficará para o próximo governo.



O pianista Luis Fabiano Rabello é o músico convidado do programa que estréia amanhã

## "Conversa de Música" estréia na TV Senado

A TV Senado estréia amanhã, às 21h30, *Conversa de Música*. No programa, músicos, especialmente brasileiros, ganham um espaço novo e abrangente. Serão apresentadas de forma elegante e descontruída as motivações dos músicos e a relação deles com a arte. O programa preenche uma das funções da TV Senado, que é difundir cultura e educação.

Ancorado por Dora Rocha, *Conversa* terá a participação permanente do pianista André Tribuzy. Ele explicará como funcionam os instrumentos, as técnicas e possibilidades de extrair sons.

#### RABELLO

O primeiro *Conversa de Música* será com o jovem pianista Luís Fabiano Rabello. Aos 23 anos, Rabello já estudou em Moscou e toca Liszt e Chopin, compositores que exigem grande técnica para uma boa interpretação. Os primeiros programas foram gravados no auditório da Casa Thomas Jefferson, em Brasília. A partir de dezembro *Conversa de Música* será gravado no Itamaraty, numa parceria com o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. O programa terá reprises aos sábados, às 14h30, e domingos, às 20h. Às segundas, o programa será reapresentado às 19h.

A diretora da TV Senado, Marielena Chiarelli, espera que o programa motive especialmente os jovens para a música de qualidade. "Esperamos incentivar mais do que a boa música. Estamos apostando que esse espaço novo para os músicos atraia o público jovem, que naturalmente prefere *rock* e *rap*. Mas é diferente ouvir jovens músicos empenhados em encontrar o melhor som, a melhor interpretação de grandes clássicos da música brasileira e universal", afirmou. As gravações do programa serão quinzenais.

# Reforma do Judiciário será votada ainda este ano

Senadores rejeitaram ontem requerimento que, na prática, adiaria para fevereiro de 2003 a deliberação sobre a matéria. Na próxima quarta-feira deverão ser apreciados 114 destaques apresentados ao texto da proposta

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma do Judiciário será votada ainda este ano pelo Senado. O Plenário rejeitou ontem requerimento que adiava a votação para 13 de dezembro. Na prática, o requerimento, proposto pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), levaria a votação da proposta para a próxima legislatura, que se inicia em 1º de fevereiro de 2003, uma vez que não haveria tempo hábil para a tramitação até o final de 2002. Os senadores deliberaram na próxima quarta-feira sobre 14 destaques ao texto da reforma.

— A Casa está debruçada sobre esta matéria, que é de transcendental importância. Vamos começar a votar, mas não precisamos necessariamente concluir a votação ainda este ano. Mas vamos avançar e podemos inclusive votar toda a matéria este ano ainda — explicou o presidente do Senado, Ramez Tebet.

O relator da reforma, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), criticou em discurso a tentativa de adiamento. Como principal argumento, ele destacou o grande número de debates sobre o assunto, promovidos pela Comissão de



Relator da proposta, Bernardo Cabral criticou o pedido de adiamento

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual é presidente, e os mais de dois anos de tramitação da PEC no Senado — antes, a matéria foi discutida por oito anos na Câmara dos Deputados.

O senador relembrou detalhes da tramitação da proposta, frisando que em todo o processo houve ampla participação dos senadores, concessão de vista para melhor análise da matéria, além da realização de diversas audiências públicas com a participação de juristas, representantes de entidades de classe de operadores do direito e membros dos tribu-

mais superiores. A existência de discordâncias sobre o texto, disse Cabral, é fruto da gravidade da crise do Judiciário.

— Não se pode conceber que um trabalho desse vulto pudesse vir à lume sem que houvesse pontualmente oposição. A não ser que se optasse por um texto pífio. E a gravidade da crise do Judiciário não comporta soluções desse tipo — observou.

## INTERESSES

Bernardo Cabral também atacou possíveis interesses de governos no teor da proposta.

— A reforma do Judiciário não pode ser contaminada pelo ponto de vista governamental. Não consigo aprisionar razões que façam a reforma avançar mais sob um novo governo — disse.

Apesar de reconhecer o esforço de Bernardo Cabral na elaboração do texto da reforma, o senador Tião Viana (PT-AC) citou o posicionamento de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação dos Juizes Federais para justificar o adiamento da votação da matéria.

— A Justiça do Trabalho ficará inviabilizada caso absorva todas as competências propostas pelo texto da reforma do Judiciário — afirmou.

## Trabalho de Cabral como relator recebe elogios

O trabalho do relator da Reforma do Judiciário, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), recebeu, ontem, elogios de todos os parlamentares durante a discussão sobre a data de votação da matéria. Um deles foi o senador Osmar Dias (PDT-PR), que presidiu praticamente todas as sessões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destinadas

a examinar a proposta, pelo fato de Cabral ser o relator. Para Osmar, as discussões se desenvolveram da forma mais democrática possível. Por sua vez, Cabral refutou acusações de que o Senado estaria votando a reforma “de afogadilho”.

— O relator trabalhou com dedicação ímpar. O adiamento da votação não seria injusto apenas

com ele ou com a CCJ, mas principalmente com a sociedade, que espera por um acesso mais fácil à Justiça — afirmou Osmar Dias.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), também ressaltou a abrangência das discussões na comissão, das quais participaram entidades ligadas ao Judiciário, juristas e membros dos tribunais superiores.



Dez projetos investigados pelo TCU foram aprovados pelo Plenário do Congresso Nacional, após sanadas as irregularidades

## Congresso autoriza verbas para conclusão de obras

O Congresso Nacional aprovou na noite de ontem dez propostas de decreto legislativo que autorizam o Executivo a liberar novamente verbas do Orçamento federal para projetos que estavam sob investigação do Tribunal de Contas da União (TCU), com suspeita de irregularidades. Todos os problemas identificados pelo tribunal foram resolvidos, alguns inclusive com a punição dos responsáveis pelas obras. A maior parte delas são trechos de reformas em rodovias a cargo do Ministério dos Transportes. Assim, já podem receber verbas os trabalhos de duplicação da rodovia que liga Goiânia até a divisa com o Distrito Federal; a hidrovía Araguaia-Tocantins e trechos das BR-40 (em Minas Gerais); BR-235 (TO); BR-482 (MG); BR-135 (MG-BA); e BR-226 (divisa

entre o Rio Grande do Norte e o Ceará).

Também voltarão a contar com verbas do Orçamento da União as atividades de recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal; a construtora da Adutora Oeste, em Pernambuco, a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; e o projeto de irrigação de Serrinha, em Serra Talhada (PE), com exceção da construção de 79 quilômetros de eletrificação rural.

Na mesma sessão, os deputados e senadores aprovaram vários créditos suplementares para ministérios, entre eles R\$ 707 milhões para o Ministério da Saúde, destinados à compra de medicamentos e para saneamento básico, e R\$ 677 milhões para o Ministério dos Transportes, para gastos administrativos.

## Quintanilha: falta especialista para atendimento a idoso

O Brasil tem atualmente 15 milhões de idosos, mas conta apenas com 550 médicos geriatras e 350 gerontólogos sociais, técnicos multidisciplinares que cuidam das atividades desse público junto à família e à sociedade. A informação é do senador Lomar Quintanilha (PFL-TO), que calcula haver apenas um geriatra para atender cada grupo de

30 mil idosos e um gerontólogo social para cuidar de mais de 50 mil pessoas na terceira idade.

— Se não melhorarmos o atendimento especializado, a maioria dos idosos não conseguirá obter uma boa qualidade de vida, o que vai impedir o exercício pleno da cidadania — afirmou Quintanilha.

Presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, vinculada à

Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador disse que houve um grande avanço na criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, mas observou que ainda há necessidade de ampliar as ações em favor da valorização da terceira idade, para que o Brasil possa acompanhar os avanços da ciência, que aumentaram a expectativa de vida da população.

Algumas projeções indicam que, na próxima década, a expectativa de vida do brasileiro alcançará os 80 anos, conforme informação do senador, contra a média atual de 68 anos para homens e 72 anos para mulheres. E essa seria uma notícia alvissareira, não fosse a acentuada falta de médicos geriatras e de gerontólogos sociais, completou ele.



Valorização do idoso deve somar-se a aumento da expectativa de vida, diz Quintanilha

# Programa permanente de combate à seca passa na Comissão de Justiça

Projeto oriundo da Câmara prevê a identificação de todas as disponibilidades de água do Nordeste e a realização de ações imediatas para contornar os efeitos da estiagem

Projeto da Câmara que institui o Programa Permanente de Combate à Seca (Proseca) recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), afirmou que “o combate à seca não pode sofrer interrupção”.

A proposta, de autoria do deputado Waldir Pires (PT-BA), determina a realização de estudo detalhado de todas as disponibilidades hídricas do semi-árido do Nordeste; identificação de alternativas de complementação da demanda de água daquela região; e implemen-



João Alberto Souza diz que ação contra seca não pode ser interrompida

tação de ações imediatas, passando pela execução de projeto permanente de utilização sustentada de recursos hídricos.

O projeto determina que a

população do semi-árido nordestino deve ser capacitada para a convivência harmônica com o clima e com o ecossistema, para que possa aproveitar plenamente suas potencialidades.

Para o autor do projeto, a aridez do Nordeste não é resultante da precipitação pluviométrica, mas sim da distribuição irregular de chuvas. “A um longo período de seca sucedem, freqüentemente, cheias e inundações violentas e até mesmo catastróficas, destruindo plantações e moradias e erodindo os solos, assoreando os rios e levando, para o oceano, milhões de metros cúbicos de água, que tanta

falta fazem nos períodos de estiagem”, argumenta.

Além disso, o parlamentar destaca que mais da metade das chuvas que caem na região evapora rapidamente, fato que se vem agravando com a destruição da cobertura vegetal nas bacias hidrográficas nordestinas.

– Isso significa que, adotadas políticas coerentes e responsáveis de regularização, armazenamento e aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis e uma correta e justa reforma agrária, seria possível se obter grande transformação socioeconômica do Nordeste – explica ele.



Proposta de Paulo Hartung autoriza, na prática, a venda dos imóveis ou cobrança de taxa pelo uso

## CCJ aprova a extinção de terreno de marinha

Substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que extingue os terrenos de marinha e acrescidos foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na prática, a proposta autoriza a venda desses terrenos ou a cobrança de tarifas pelo seu uso, o que deverá constituir importante fonte de recursos para o Executivo, segundo argumenta o senador Romero Jucá (PSDB-RR), autor de emenda acatada pelo relator determinando igual partilha dos recursos apurados com esses terrenos entre a União e os municípios que os abrigam.

Os recursos destinados à União, segundo a emenda de Jucá, também defendida pelo presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), serão integralmente direcionados para o fortalecimento do Fundo de Combate à Pobreza, que é considerado prioritário pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

No substitutivo à PEC, Osmar Dias procurou assegurar os interesses envolvidos na matéria pela União, estados, municípios e também pelas Forças Armadas, mais especificamente, a Marinha e o Exército.

O senador lembra que os terrenos de marinha tiveram origem ainda ao tempo da colonização portuguesa, mercê da Ordem Régia de 21 de outubro de 1710, com as chamadas “terras salgadas”.

Para o senador, a reforma do Estado empreendida nos últimos anos não se coaduna com os terrenos de marinha e acrescidos, que transformam a União em grande proprietária de terras urbanas em muitos estados, o que ele considera censurável.

## Projeto de Tebet ataca as desigualdades regionais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) acolheu ontem parecer favorável a projeto de lei do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que objetiva estabelecer parâmetros à ação governamental no combate às desigualdades regionais de renda, criando condições para uma integração de regiões em desenvolvimento.

Segundo a proposta, o Poder Executivo deverá formular programa nacional voltado para o desenvolvimento econômico sustentável e equilibrado do espaço nacional, estabelecendo estratégia, fonte de recursos e articulação setorial. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Bello Parga (PFL-MA).

O projeto de Ramez Tebet regulamenta dispositivo da Constituição federal (inciso I do parágrafo 1º do artigo 43), determinando que caberá à União implementar ações articuladas com estados e municípios, visando à integração de regiões em desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

A proposta fixa como princípios no combate à desigualdade regional de renda a sustentabilidade do desenvolvimento; a parceria com o setor privado; o desenvolvimento de potencialidades locais e de vantagens competitivas; o crescimento do emprego e da

renda locais; o estabelecimento de incentivos ao desenvolvimento da educação, da ciência e tecnologia; a mobilização de recursos humanos e financeiros para as regiões; e a cooperação entre as unidades da Federação.

Esclarece Ramez Tebet que o projeto procura estabelecer o referencial que vai orientar a ação da União para alcançar o objetivo de um desenvolvimento harmônico das diversas regiões, reduzindo o hiato entre elas.

No seu parecer sobre a matéria, Bello Parga diz que “a iniciativa abre a possibilidade de serem executadas ações governamentais voltadas para o desenvolvimento em espaços sub-regionais específicos”, que podem envolver um ou mais estados, inclusive de áreas mais desenvolvidas.



Iniciativa de Ramez Tebet cria condições para integração de regiões em desenvolvimento

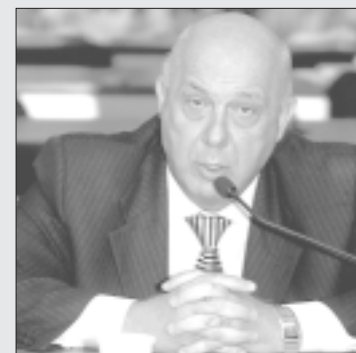
## Relator tem mais prazo para definir ato médico

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA), relator do projeto de lei que define o ato médico com o objetivo de delimitar o campo de atuação desse profissional, disporá de uma semana para reexaminar a matéria a partir das contribuições apresentadas por vários senadores durante debate ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O prazo foi concedido ao relator pelo presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Diante da polêmica em torno de alguns artigos da proposição, de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o senador José Fogaça (PPS-RS) defendeu proposta alternativa, visando ao aperfeiçoamento do texto original e à conciliação dos diferentes interesses abrangidos pela matéria.

O projeto transforma em lei resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), definindo o ato médico e estabelecendo como ações privativas dos médicos as atividades de prevenção que envolvam procedimentos diagnósticos de enfermidades ou impliquem indicação terapêutica. A proposta dá competência ao CFM para fixar a extensão e a natureza dos procedimentos próprios dos médicos e para definir quais deles são experimentais, quais são aceitos e quais são vedados.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou não lhe pare-



Projeto de Althoff dominou os debates na reunião de ontem da Comissão de Justiça

cer correto que um órgão corporativo pudesse ter a competência de determinar o que é exclusivo de sua profissão, e disse que o projeto feria a competência do Congresso de legislar. Sua opinião foi compartilhada pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Francelino Pereira (PFL-MG). O senador Roberto Requião (PMDB-PR) declarou que o projeto era corporativo e inconstitucional.

Já o senador Iris Rezende (PMDB-GO) manifestou sua preocupação com a possibilidade de a proposição prejudicar os demais profissionais da área de saúde, enquanto o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) apoiou as sugestões de Fogaça.

Em defesa do projeto, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) argumentou que a iniciativa não prejudica as demais profissões da área de saúde.

## Acolhida indicação para o Superior Tribunal Militar

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) favorável à indicação do almirante-de-esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). A indicação, feita pelo Executivo, ainda



Bernardo Cabral cumprimenta Marcos Leal de Azevedo, indicado para o STM

precisa ser aprovada pelo Plenário do Senado antes que Azevedo possa ocupar a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Domingos Alfredo Silva.

— Tenho clareza de que há incomparável oportunidade de colaborar, especialmente em dois setores: na tutela da hierarquia das Forças Armadas e na busca incessante e obstinada da Justiça — afirmou o oficial da Marinha durante a sabatina, ao manifestar opiniões sobre temas em debate na reforma do Judiciário, da qual o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), é relator.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) questionou a opinião do indicado sobre o deslocamento de competência, da Justiça Mi-

litar para Federal, no caso de julgamentos de punições disciplinares a militares, proposta que tem parecer favorável de Bernardo Cabral. Azevedo ponderou que os militares compõem grupo distinto dos demais cidadãos, já que seu ofício exige que “ponham em risco a vida pela pátria”. Por isso, afirmou, não deveria haver mudanças. Péres disse que os argumentos do indicado não o convenceram.

Ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Azevedo afirmou que o número de ministros do STM não deve ser alterado pela reforma do Judiciário. As propostas em tramitação reduzem o número de magistrados do tribunal dos atuais 15 para 11 ou nove.

## Mesa vai examinar proposta sobre terceirização no Senado

A Mesa do Senado deverá elaborar projeto que garanta a legalidade da terceirização de pessoal contratado pela Casa, conforme decisão tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ao aprovar parecer do senador Roberto Freire (PPS-PE), contrário ao projeto de resolução do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estabelecia piso salarial para os profissionais contratados por empresas que prestam serviços ao Senado, a CCJ decidiu encaminhar a matéria para exame da Mesa.

Pelo parecer de Freire, a Mesa deve buscar mecanismos que regulem a margem de lucro das empresas. De acordo com o relator, a proposta de Requião não tem amparo regimental, pois, por se tratar de assunto administrativo, só poderia ser apresentado pela Comissão Diretora. Ainda assim, o relator acredita que o projeto provoca o exame mais aprofundado do tema.

### INTERMEDIÇÃO

Freire destaca que a execução indireta de atividades acessórias às tarefas inerentes dos servido-

res públicos concursados pode ser feita por meio de terceirização, desde 1997, mas o decreto que abriu essa possibilidade veda a contratação com o objetivo de intermediação de mão-de-obra.

— De maneira geral, o principal problema gerado pela terceirização no serviço público é sua utilização como válvula de escape à realização de concursos para o preenchimento de cargos e empregos públicos — ponderou Freire no parecer lido pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Sobre a prestação de serviços no Senado, Freire observou que os contratos caracterizam-se pelo fornecimento de mão-de-obra, o que contraria determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), que conceitua a terceirização como contratação de serviços em vez de locação de trabalhadores.

Na área de Comunicação Social, apontou, há casos que caracterizam “burla ao concurso público”, por envolver o fornecimento de empregados para cargos e funções constantes do quadro próprio do Senado.

# Comissão quer regulamentar controle de gastos públicos

Parecer manifesta preocupação com baixo índice de ressarcimento de débitos atribuídos a responsáveis por prejuízos aos cofres públicos

Os senadores da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovaram ontem parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que analisou relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as atividades do próprio tribunal nos quatro trimestres do ano passado. O relator considerou que o órgão cumpriu as determinações formais exigidas pela Constituição, mas fez recomendações para futuros relatórios.

A principal delas, segundo Jefferson, diz respeito à necessidade de o Congresso regulamentar, por meio de resolução, os critérios que devem nortear o controle externo das atividades do TCU. Atualmente, explicou, o assunto, apesar de constar da Constituição, está definido apenas pela Lei Orgânica do TCU, segundo a



Jefferson (destaque) é autor do relatório aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle



qual a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do órgão será feita pelo Congresso, por meio de relatórios trimestrais e anuais.

— Há necessidade inequívoca de regulamentação do tema, de forma a definir o conteúdo mínimo dos relatórios de atividades do TCU, a forma de tramitação dessa documentação no Congresso e os efeitos decorrentes da delibera-

ção parlamentar sobre a matéria — recomendou o senador.

Jefferson também sugere que sejam encaminhadas ao tribunal suas preocupações quanto à diminuição do número de processos de Tomada de Contas e de Tomada de Contas Especial julgados pelo tribunal em 2001 e sobre o baixo índice de ressarcimento dos valores das multas aplicadas e dos débitos imputados aos responsáveis por prejuízos aos cofres públicos.

A comissão também aprovou dois pareceres sobre outros avisos encaminhados pelo tribunal. Um deles, analisado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), narra auditoria no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

## Novo Congresso fará várias reformas, diz Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) disse ontem estar convicto de que o novo Congresso, a ser instalado em 1º de fevereiro, terá ampla maturidade para fazer as cinco grandes reformas que a população brasileira reclama há décadas: previdenciária, tributária, política, trabalhista e do Poder Judiciário.

Para o senador, um dos coordenadores no Senado da agenda política da equipe de transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil jamais fará uma reforma estrutural caso não haja profundas mudanças nesses cinco temas.

Ele previu que, já em 2003, o governo alcançará bons resultados com relação à implantação das reformas.

— A experiência diz que, se os bons resultados não forem obtidos no primeiro ano, a tendência é o enfraquecimento dessas metas — avaliou.

Em entrevista à Agência Senado, Viana afirmou que todas as cinco reformas são vitais para que “o país entre em um novo rumo”. Isso, observou, já é consenso na equipe de



Para Viana, país precisa de reforma estrutural

transição. Sobre a reforma trabalhista, o senador foi claro: “ela será feita de modo a atender aos interesses dos trabalhadores”.

Com relação à popularidade desfrutada pelo presidente eleito e à esperança da maioria dos brasileiros de

que o novo governo fará uma boa administração, Viana atribuiu a situação ao fato de Luiz Inácio Lula da Silva estar em sintonia com os anseios da sociedade.

## João Alberto questiona altos lucros dos bancos

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) defendeu a necessidade de profundo exame sobre a “estratosférica distância” entre a noção do valor do trabalho e o comportamento no trato do dinheiro no país. Ele advertiu que, enquanto a rentabilidade média dos bancos no terceiro trimestre deste ano foi de 30%, até o mês de outubro o setor produtivo, representado por oito grandes empresas, acumulou rentabilidade de 1,5%.

— É possível para o país caminhar rumo ao desenvolvimento auto-sustentado, mediante a remuneração do capital mais do que do trabalho, em detrimento de quem cria empregos e gera progresso? — questionou.

O senador chamou a atenção para análises recentes segundo as quais os quatro maiores bancos brasileiros aplicaram em média 40% dos seus ativos em títulos e valores imobiliários e apenas 25,8% em crédito. No en-

tanto, disse, a cobrança de tarifas pelos serviços prestados tem sido um dos caminhos explorados pelos bancos para maximizar os lucros.

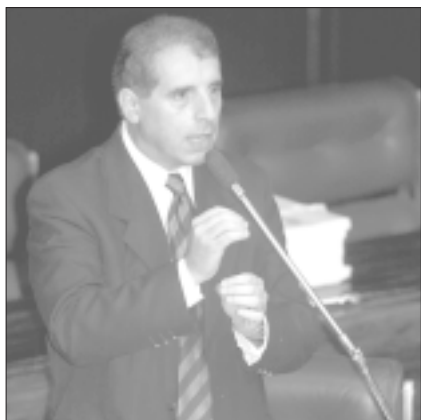
Apesar de entender que os serviços têm custos que precisam ser ressarcidos, e de afirmar que “nada tem contra ganhos”, o senador ressaltou que recentes iniciativas do Banco Central também impulsionaram os ganhos dos bancos com a intermediação do dinheiro.

# Fogaça defende nova ética na política

Senador observa que a verdade é o mais vulnerável dos elementos da política: os candidatos são obrigados a dizer uma coisa para se eleger e impelidos a ter comportamento diferente quando se tornam governantes

O senador José Fogaça (PPS-RS) conclamou ontem os senadores a refletirem sobre o que chamou de “o principal e mais crucial” problema da sociedade moderna em todo o mundo, que, segundo ele, é “a verdade na política”. Citando o livro *O Horror Político*, do autor francês Jacques G n reux, o senador disse que   necessário construir, no mundo inteiro, uma nova  tica de comportamento político e de conduta eleitoral e partidária.

G n reux, segundo o parlamentar, afirma que, dos elementos que constroem a vida política, a verdade é o mais vulnerável. O autor observa que os candidatos, para se elegerem, são obrigados a dizer uma coisa e impelidos a ter comportamento diferente como governantes. Apontando esse como um problema mundial, o autor o classifica como “o grande horror político” da atualidade.



Fogaça lembrou diferença entre discurso do PT e sua atual proximidade com FMI

Ainda referindo-se   obra citada, Fogaça disse que o Estado perdeu, no mundo inteiro, a sua capacidade de ser o grande centro mobilizador de recursos para investimentos e expansão da economia. Ressaltando que essa realidade aplica-se ao atual governo no Brasil e também ao próximo, Fogaça perguntou se o país está

preparado “para o grande horror político que assombra a todos neste in cio de mil nio”.

O senador lembrou a diferença entre o discurso do PT, que sempre foi de “repúdio veemente” ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e a postura agora adotada pelo partido, “de tolerância e de proximidade” com a institui o. Fogaça ressaltou que não considera esta uma postura condenável, e elogiou “o bom senso, o equilíbrio e a maturidade” do PT. Ele frisou, no entanto, que “há uma enorme divergência entre o que é preciso dizer para o eleitor e o que é preciso dizer como candidato eleito”.

— O grande horror do final do século 20 e do in cio do mil nio é a fuga, porque cada vez mais corre entre os nossos dedos, escapa de nossas mãos a verdade na política — disse Fogaça.

## Mauro Miranda sugere convenço do PMDB

A decisão de apoiar ou não o futuro governo Luiz In cio Lula da Silva deve passar pelo crivo de uma convenço nacional extraordinária, afirmou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) em apelo dirigido a seu partido. “Deveríamos buscar inspira o no exemplo do PT, que   até criticado pelo excesso de democracia interna, mas que levou Lula   Presidência da República



“Chega de barganha e conversa de pouca gente”, diz Mauro

novo presidente precisa ser tomada pela maioria do partido. “Chega de barganha, troca e conversa

após 21 anos.”

Favorável   posi o de apoio ao governo Lula, Mauro Miranda lembrou a história do PMDB na defesa da democracia, ressaltando que o partido convive com o eterno dilema de ser ou não ser governo desde administra o Sarney e que a decisão de aderir ao

de pouca gente”, acrescentou.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), em aparte, disse que as decisões no PMDB sempre foram tomadas por um pequeno número de líderes e que chegou o momento do partido aprender a agir democraticamente. “  preciso convocar todo o partido e a decisão da maioria tem que ser respeitada. Uma decisão da Executiva não tem legitimidade. Ainda mais essa Executiva, que traiu o partido ao dizer que teríamos candidato próprio e não apoiou o Lula”, declarou.

## Maguito quer rigor contra crime em Goiás

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) denunciou que a criminalidade vem aumentando rapidamente no estado de Goiás e exigiu do governador Marconi Perillo “providências enérgicas” para resolver o problema.

— A Polícia Federal acaba de desbaratar em Goiás a maior quadrilha de roubo de cargas e de carros, integrada inclusive por policiais do estado. O governador deu prazo de 30 dias para resolver o

problema. Um governo de pulso teria permitido na hora todos os responsáveis pela segurança pública — disse.

Maguito elogiou a Polícia Federal na Opera o Carga Pesada, que prendeu em apenas um dia 31 pessoas em cinco estados, 26 delas em Goiás. Seis dos presos eram po-



Maguito: Goiânia é a quinta capital mais violenta

liciais civis goianos, lotados na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Goiânia.

O senador lembrou que vem denunciando há tempos a fragilidade do sistema de segurança de seu estado e disse que a opera o da Polícia Federal coincide com o aumento de roubos de carros no estado.

## Mozarildo pede apoio para universidades da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez ontem um apelo para que o Plenário aprove, no in cio de dezembro, em segundo turno, a proposta de emenda   Constitui o (PEC) de sua autoria que destina mais 0,5% da arrecada o do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto



Mozarildo apela por aprova o de projeto de sua autoria

de Renda (IR) para as universidades federais da Amazônia Legal.

Para ele, é indispensável que o Brasil ocupe efetivamente a região, investindo na educa o e saúde de seus habitantes. Do contrário, acabará como a Amazônia colombiana — totalmente americana —, onde o governo dos Estados Unidos tem poder de veto até sobre compras estratégicas do governo daquele país, como ocorreu em recente episódio dos aviões brasileiros que a Col mbia foi proibida de adquirir, lembrou.

Mozarildo explicou que, com os recursos, será possível ampliar as pesquisas, aumentar os eventos de extensão e melhorar a qualidade dos cursos de gradua o.

Segundo o senador, não se trata de privilegiar as universidades amazônicas, que são estabeleci-

mentos jovens de ensino superior e não podem ser comparados com institui es consolidadas como as da Região Sudeste, que possuem receitas próprias. “Como são desiguais, há de se dar às mais fracas condi es de crescer”, disse.

O senador manifestou sua satisfa o pelo fato de o curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima ter sido classificado em quinto lugar para integrar o Programa de Incentivo  s Mudanças Curriculares para as Escolas Médicas, do Ministério de Educa o.



Ao lado do deputado Arnaldo Faria de S , Tebet discute pedido de representantes dos docentes aposentados do magistério público de SP

## Tebet recebe apelo de professores aposentados

O presidente do Senado, Ramez Tebet, concedeu audiência ontem a Zilda Halben Guerra, presidente da Associa o dos Professores Aposentados do Magistério Público de São Paulo, que apelou para que seja votado este ano o Veto Presidencial n  9 ao Plano Nacional de Educa o, que garante recursos para pagamento da categoria.

Tebet disse   professora e ao deputado Arnaldo Faria de S  (PTB-SP), que a acompanhava, que tentaria atender à solicita o, mas que tudo dependeria de conversas com as lideranças.

A professora defendeu a preserva o dos recursos, pois a categoria não tem poder para incl los no Orçamento da União.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Nabor Júnior e Mozarildo Cavalcanti